



Número: **0001684-58.2019.8.17.2260**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Belo Jardim**

Última distribuição : **16/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDIZIA SILVA DOS SANTOS (AUTOR)		WALERIA SOUZA LIMA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
52487587	16/10/2019 15:57	Petição Inicial	Petição Inicial
52487593	16/10/2019 15:57	DPVAT - EDISIA SILVA DOS SANTOS	Petição em PDF
52487594	16/10/2019 15:57	001 DOCUMENTOS PESSOAIS - EDISIA SILVA DOS SANTOS	Documento de Identificação
52487597	16/10/2019 15:57	BOLETIM DE OCORRÊNCIA - EDISIA SILVA DOS SANTOS	Documento de Comprovação
52487598	16/10/2019 15:57	CERTIDÃO DE CASAMENTO - EDISIA CANDIDO DA SILVA E JOSÉ MACENA DOS SANTOS	Documento de Comprovação
52487599	16/10/2019 15:57	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA - EDISIA SILVA DOS SANTOS	Documento de Comprovação
52487602	16/10/2019 15:57	CONTRATO BANCARIO - EDISIA SILVA DOS SANTOS	Documento de Comprovação
52487603	16/10/2019 15:57	DECLARAÇÃO HOSPITALAR - EDISIA SILVA DOS SANTOS	Documento de Comprovação
52487605	16/10/2019 15:57	DOCUMENTO COMPROBATORIO - EDISIA SILVA DOS SANTOS	Documento de Comprovação
52487606	16/10/2019 15:57	ENCAMINHAMENTO PARA ESPECIALISTA - EDISIA SILVA DOS SANTOS	Documento de Comprovação
52487608	16/10/2019 15:57	FOLHA DE INTERNAÇÃO - EDISIA SILVA DOS SANTOS	Documento de Comprovação
52487609	16/10/2019 15:57	LINK DO VIDEO - EDISIA SILVA DOS SANTOS	Petição em PDF
52487613	16/10/2019 15:57	PROCURAÇÃO PARTICULAR - EDISIA SILVA DOS SANTOS	Procuração
52487617	16/10/2019 15:57	REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO SEGURADORA LIDER - EDISIA SILVA DOS SANTOS	Documento de Comprovação
52487618	16/10/2019 15:57	RESUMO DE ALTA - EDISIA SILVA DOS SANTOS	Documento de Comprovação
52487629	16/10/2019 15:57	PROPOSTA DE ABERTURA DE CONTA - EDISIA SILVA DOS SANTOS	Documento de Comprovação
52488833	16/10/2019 15:57	CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA - EDISIA SILVA DOS SANTOS	Documento de Comprovação
56056916	07/01/2020 15:40	Despacho	Despacho

Petição Inicial (ANEXO 1)



AO JUÍZO DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO JARDIM,
ESTADO DE PERNAMBUCO.

EDISIA SILVA DOS SANTOS, brasileira, casada, portadora da cédula de Identidade nº 1.762.184 – SSS/PE, e CPF sob nº 652.192.794-91, residente e domiciliada na Rua Jorge Amado, 206, Boa Vista, Belo Jardim, Estado de Pernambuco, CEP: 55150-000, por sua bastante procuradora e advogada, “in fine” subscrito, legalmente constituída na forma definida pela procuração “*ad judicium*”, em anexo, com endereço profissional conforme consta do timbre desta página, onde receberá citações e intimações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência e com arrimo na legislação pertinente, propor a presente ACÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT, sito na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 20.031-205, em razão dos motivos fáticos e legais a seguir expostos e para ao final requerer:

LIMINARMENTE:

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA:

Inicialmente, a Requerente pugna pelos benefícios da Justiça Gratuita, por se declarar HIPOSSUFICIENTE NA FORMA DA LEI.

O fato de a autora estar constituída por advogados particulares também não é impedimento para a concessão do benefício ora suplicado.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO PARTICULAR. O fato de o autor estar assistido por advogado particular não se constitui em obstáculo à obtenção da gratuidade de justiça para fins de dispensa do pagamento de custas. (TRT-1 - AIRO: 01000253220165010511, Relator: JOSÉ LUIS CAMPOS XAVIER, Data de Julgamento: 15/02/2017, Sétima Turma, Data de Publicação: 28/03/2017)

Destarte, a Requerente formula pleito de gratuidade da justiça, o que faz por declaração de seus patronos, sob a égide do art. 5º, LXXIV da CF/88 e art. 4º da Lei 1.060/50, quando tal prerrogativa se insere no instrumento procuratório acostado.

Rua Regina Alves, 78,
Edson Mororó, Belo Jardim - PE.
waleria_souzalima@hotmail.com
(81) 99773-0270(81) 99161-1362 (81) 99677-9225





WALÉRIA
SOUZA
LIMA
ADVOCACIA

DO INTERESSE DE AGIR:

A Requerente sofreu no dia oito de dezembro de 2018 um atropelamento, que acarretou uma grave lesão na perna direita e no joelho esquerdo, conforme a documentação anexa, fato este que lhe proporciona o recebimento de pagamento de seguro indenizatório (DPVAT) nos termos da Lei 6.194/74 e demais legislação pertinente, no percentual de do teto máximo vigente de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que o legitima a buscar judicialmente o recebimento do que lhe é devido.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA DA LIDER:

É entendimento pacífico em nossos tribunais a legitimidade passiva das seguradoras que integram o grupo responsável pelo pagamento de indenizações devidas oriundas do DPVAT, conforme entendimento abaixo colacionado, *ipse literis*:

47068665 - APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR E ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. CARÊNCIA DA AÇÃO AFASTADA. JULGAMENTO ANTECIPADO SEM PRÉVIO ANÚNCIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. SENTENÇA NULA. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. 1. A ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT pode ser ajuizada em face de qualquer seguradora consorciada, **descabendo cogitar de legitimidade passiva exclusiva da Seguradora Líder**. Precedentes do TJCE e do STJ. 2. A quitação do pagamento administrativo efetuado pela Seguradora não traduz renúncia, pelo beneficiário, da diferença entre o montante reputado devido e o recebido, subsistindo o interesse para pleitear judicialmente quantia complementar. 3. Configura cerceamento de defesa e ofende o princípio da boa-fé objetiva o julgamento antecipado da lide sem prévio anúncio às partes, com classificação da invalidez permanente oriunda de acidente de trânsito como de média repercussão sem a antecedente produção de prova pericial indispensável a defini-la como tal. 4. É nula, por ausência de fundamentação, a sentença que rejeita as inconstitucionalidades arguidas e enquadra a lesão física na tabela legal regente do seguro DPVAT, sem explicitar, nesses pontos, as razões da convicção judicial. 5. Nulidade da sentença decretada de ofício, com determinação de envio dos fôlios ao juízo singular para regular dilação probatória e prolação de novo decisório. (TJCE; AC 049968669.2011.8.06.0001; Primeira Câmara Cível; Rel. Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha; DJCE 26/07/2012; Pág. 27) **(Publicado no DVD Magister nº 45 - Repositório Autorizado do STJ nº 60/2006 e do TST nº 31/2007) (Grifo nosso)**

Rua Regina Alves, 78,
Edson Mororó, Belo Jardim - PE.
waleria_souzalima@hotmail.com
(81) 99773-0270(81) 99161-1362 (81) 99677-9225





WALÉRIA
SOUZA
LIMA
ADVOCACIA

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES. PAGAMENTO PARCIAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS. CNSP. SALÁRIO MÍNIMO. I. É legítima passiva a seguradora ré para saldar eventual diferença relativa a seguro DPVAT, mesmo que não tenha sido ela a realizar o pagamento inicialmente disponibilizado à parte, na via administrativa, pois integrante do grupo de seguradoras que respondem por tais indenizações. II. As despesas médico-hospitalares encontram-se devidamente comprovadas juntamente com a prescrição médica (fls. 26/35). III. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. IV. Conforme Súmula 14 das Turmas Recursais, é legítima a vinculação do valor da indenização do seguro DPVAT ao valor do salário mínimo. A aplicação do salário mínimo não ocorre como fator de reajuste, mas como mero referencial, não existindo ofensa ao disposto no art. 7º, inc. IV, da CF. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71001656537, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 04/06/2008) (**Grifo nosso**).

Desta forma, para se evitar conduta procrastinatória da Ré, antecipadamente se pugna pelo indeferimento que conteste a legitimidade passiva da SEGURADORA RÉ, devendo o processo seguir trâmite normal, é o que desde logo se requer.

DA TEMPESTIVIDADE

O prazo prescricional para obter o valor do seguro DPVAT, segundo o Código Civil Brasileiro e a súmula 405 do Superior Tribunal Estadual, é de 3 (três) anos, a contar da data do acidente, assim, conforme o boletim de ocorrência juntado em anexo, o atropelamento aconteceu em 08 (oito de dezembro) de dezembro de 2018, logo, como ainda completará um ano, o pedido recebe amparo legal.

Nesse sentindo, se posiciona a Jurisprudência pátria:

EMENTA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, PARA COBERTURA DE INCAPACIDADE E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. O AUTOR QUE NA

Rua Regina Alves, 78,
Edson Mororó, Belo Jardim - PE.
waleria_souzalima@hotmail.com
(81) 99773-0270(81) 99161-1362 (81) 99677-9225





WALÉRIA
SOUZA
LIMA
ADVOCACIA

CONDIÇÃO DE MOTORISTA DE CAMINHÃO, APÓS O RETORNO DE UMA VIAGEM DE TRABALHO, ENCONTRA-SE EFETUANDO A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO COM A CABINE LEVANTADA, QUANDO DE REPENTE, A MESMA DESPENCOU, ATINGINDO-LHE A COLUNA CERVICAL, CONFORME BOLETIM POLICIAL. EM RAZÃO DO OCORRIDO PASSOU A SENTIR FORTES DORES, CULMINANDO COM SEU AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES RECEBENDO BENEFÍCIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL INSS (AUXILIO DOENÇA). CONTINUANDO, AFIRMA QUE EM 15.05.2013, BUSCOU JUNTO A SEGURADORA O RECEBIMENTO DO SEGURO DPVAT, NO MONTANTE DE 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS, NÃO OBTENDO QUALQUER RESPOSTA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. **SENTENÇA JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO EM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE AÇÃO, COM FULCRO NO ARTIGO 206, § 3º, IX, DO CÓDIGO CIVIL C/C ARTIGO 269, IV DO CPC. ANALISANDO DETIDAMENTE A JURISPRUDÊNCIA É IMPORTANTE REGISTRAR QUE, EM RAZÃO DO ADVENTO DO ENUNCIADO DA SÚMULA N. 405 DO STJ, RESTOU PACIFICADO QUE A AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) PRESCREVE EM TRÊS ANOS. (SÚMULA 405, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 28/10/2009, DJE 24/11/2009).** O RECORRENTE TOMOU CIÊNCIA DE SUA INCAPACIDADE LABORAL, EM 15/02/2013, CONFORME LAUDO MÉDICO PERICIAL, ACOSTADO PELO PRÓPRIOa1 APELANTE, SENDO A AÇÃO AJUIZADA EM 21 DE MAIO DE 2013. ASSIM, CONSIDERANDO-SE QUE A PRESENTE AÇÃO FOI MOVIDA EM 21.05.2013, CRISTALINAMENTE ESTA AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. QUANTO ÀS DEMAIS QUESTÕES ALEGADAS, JULGO PREJUDICADAS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA MODIFICAR A R. SENTENÇA, DETERMINANDO O REGULAR ANDAMENTO DO FEITO, COM A DEVIDA ANÁLISE DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA REQUERIDO. (TJ-PA - APL: 00029634220138140201 BELÉM, Relator: GLEIDE PEREIRA DE MOURA, Data de Julgamento: 17/02/2014, 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA, Data de Publicação: 26/02/2014).

DOS FATOS:

A requerente no dia 8 (oito) de dezembro de 2018, foi atropelada por uma motocicleta, que fugiu na hora, o fato lhe acarretou diversas escoriações no rosto e nos membros superiores, bem como fraturas abertas, nos dois membros inferiores, conforme comprova o boletim de ocorrência juntado em anexo.

Rua Regina Alves, 78,
Edson Mororó, Belo Jardim - PE.
waleria_souzalima@hotmail.com
(81) 99773-0270(81) 99161-1362 (81)99677-9225



Apesar do socorro imediato, o acidente automobilístico, deixou sequelas permanentes na autora, pois de acordo com os exames e declarações médicas atuais, esta ainda sobre as consequências advindas das fraturas expostas, pois sente muitas dores na perna direita e no joelho esquerdo, que proporcionam dores, desconforto e dificuldades de exercer locomoção, surgindo a necessidade inclusive de realização de fisioterapia e o uso de muletas, conforme comprova o link do vídeo acostado na petição em anexo.

Em 10 (dez) de junho de 2019, foi feito o requerimento administrativo junto à requerida, que mesmo obtendo acesso às documentações comprobatórias da incapacidade permanente, negou provimento ao pedido do DPVAT.

Sendo assim, resta-se claro que a requerente, está acometida de uma invalidez permanente, e assim acobertada pela Lei 6.194/1974, logo, tem direito à receber o valor integral.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, **invalidez permanente** e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “I” nestes termos:

Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.

A legislação pertinente preceitua no Art. 3º, II, §1º da Lei 6.194/74 com a alteração que lhe proporcionou a Lei 11.945/09 que:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; (Grifo nosso)

Rua Regina Alves, 78,
Edson Mororó, Belo Jardim - PE.
waleria_souzalima@hotmail.com
(81) 99773-0270(81) 99161-1362 (81) 99677-9225



Corroborando didaticamente com o preceito legal acima, faz-se colacionar ainda a recentíssima jurisprudência (publicada em 02/10/2018) abaixo, *ipse literis*:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. **Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária.** 2. **Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT.** Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 1.036 do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia e o pagamento administrativo realizado, nos termos definidos na perícia. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078509155, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018). (TJ-RS - AC: 70078509155 RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Data de Julgamento: 26/09/2018, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 02/10/2018).

Assim, resta claro que a requerente deve ser indenizada pelo seguro, como medida de direito, visto.

Ainda, sobre o pagamento do sinistro, é entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEÍCULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa,

Rua Regina Alves, 78,
Edson Mororó, Belo Jardim - PE.
waleria_souzalima@hotmail.com
(81) 99773-0270(81) 99161-1362 (81) 99677-9225



haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário para a aplicação da mais lúdima e salutar justiça.

DA PERÍCIA:

Diante do exposto, faz-se necessários apresentar os seguintes quesitos, a fim de que sejam observados e respondidos pelo Sr. perito:

1 – Queira o Sr. Perito esclarecer se o veículo da parte ré trafegava indevidamente na via que lhe cabia segundo as determinações legais e o Código Brasileiro de Trânsito, levando em conta, ainda, sua velocidade e demais fatores que sejam considerados relevantes.

2 – Em caso afirmativo, no quesito supra, queria o Sr. Perito esclarecer se, dado que o veículo trafegava em via contrária, se havia possibilidade do veículo do autor evitar a colisão resultante?

3 – Queira ainda o Sr. Perito esclarecer se, levando em conta as respostas acima, pode-se afirmar que o condutor do veículo (nome) agiu de forma imprudente, ao atravessar via preferencial, indevidamente.

4- Queira o Sr. Perito elucidar quanto aos danos materiais sofridos pelo autor, levando-se em consideração as respostas anteriores, se estes, são provenientes da colisão ocorrida.

5 – Caso a resposta ao quesito anterior seja afirmativa, esclarecer qual seria o procedimento correto a ser adotado pelos condutores ora o réu, após o acidente.

6 – Esclareça o Perito algo que considere conveniente falar sobre a presente lide.

DOS PEDIDOS:

Diante do exposto, nos termos do art. 319 do CPC, REQUER a TOTAL PROCEDÊNCIA da presente ação, ora deferimento dos pedidos abaixo especificados:

- a) **A citação da requerida**, para que compareça à audiência previamente designada, apresentando defesa caso queira, sob pena de revelia, prosseguindo-se nos ulteriores termos de Direito, para no final ser a ação julgada procedente com a condenação da requerida ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), **no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, acrescidos de juros de mora, atualização monetária, custas

Rua Regina Alves, 78,
Edson Mororó, Belo Jardim - PE.
waleria_souzalima@hotmail.com
(81) 99773-0270(81) 99161-1362 (81) 99677-9225





**WALÉRIA
SOUZA
LIMA**
ADVOCACIA

processuais e honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais, OBSERVANDO-SE, que o pagamento deveria ter sido efetuado para o requerente no mês de dezembro de 2018, para tanto deve incidir juros e correção monetária, conforme tabela Gilberto Melo.

- b) Sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita, por ser a requerente pessoa pobre nos termos da Lei nº. 1060/50.
- c) Saindo vencedora, a requerente renuncia os valores excedentes à 60(sessenta) vezes o valor do salário mínimo.

Protesta provar o alegado através de todos os meios de prova em Direito admitido, especialmente pelos documentos inclusos, e prova testemunhal.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos, Pede Deferimento.
Belo Jardim, 16 de outubro de 2019.

WALÉRIA SOUZA LIMA
OAB/PE 24.223

TARCILLA K. SENHORINHO ALMEIDA
BACHARELA EM DIREITO

Rua Regina Alves, 78,
Edson Mororó, Belo Jardim - PE.
waleria_souzalima@hotmail.com
(81) 99773-0270(81) 99161-1362 (81) 99677-9225

